



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RESOLUÇÃO MPC-MG Nº 35, DE 13 DE MAIO DE 2024

Altera a Resolução MPC-MG nº 17, de 29 de outubro de 2020.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no exercício da atribuição a que se refere o art. 31-A da Lei Complementar estadual nº 102, de 17 de janeiro de 2008;

CONSIDERANDO a necessidade de alterações pontuais no ato normativo que regulamenta o periódico semestral do Ministério Público de Contas, decorrente da necessidade de aprimoramento do fluxo de trabalho e desenvolvimento de ferramentas de tecnologia de apoio;

RESOLVE:

Art. 1º: A Resolução MPC-MG n. 17, de 29 de outubro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º Fica criada a revista do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, denominada *Controle em Foco: Revista do MPC-MG*, a ser editada semestralmente e publicada no *site* do MPC-MG e em plataforma acadêmica.

Parágrafo único: Para efeito do presente normativa, a *Controle em Foco: Revista do MPC-MG* será designada apenas revista.

(...)

Art. 3º (...)

I – Comissão editorial: órgão técnico-operacional da revista, composto por um Procurador, que será o editor-chefe da revista, e por quatro servidores lotados no MPC-MG, todos nomeados pelo Procurador-Geral para mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos, expressa ou tacitamente, por igual período, e a quem compete:

(...)

b) elaborar e encaminhar carta-convite para autores convidando a publicar artigos de opinião, artigos de jurisprudência comentada e, se for o caso, artigos científicos;

(...)

e) encaminhar o conteúdo da revista para revisão, editoração e diagramação;

(...)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

§1º A função de editor-chefe da revista se dará em cumulação de funções, caracterizada por trabalho extraordinário, para todos os efeitos legais, em especial, o art. 119, inciso XXII da Lei Complementar estadual n. 34/1994 e art. 30 da Lei Complementar estadual n. 102/2008, a quem compete:

I – dirigir os trabalhos da comissão editorial, fazendo cumprir os prazos e mantendo a linha editorial da revista;

II – firmar parcerias com outras instituições, por meio da Procuradoria-Geral, com objetivo de fomentar e expandir a produção científica da revista, podendo definir, se for o caso, novos formatos da revista em caráter excepcional;

III – definir o cronograma de atividades de cada edição;

IV – aprovar a versão final de cada edição antes de sua publicação.

§2º Os membros do conselho editorial não serão remunerados pelas atividades exercidas.

Art. 4º A revista será composta pelas seguintes seções:

I – artigos científicos, nos quais se abordem, de forma mais aprofundada, temas técnicos, jurídicos e científicos relevantes para o controle;

II – artigos de opinião nos quais os procuradores do MPC-MG, individualmente ou em coautoria, demonstrem sua posição sobre temas atuais e relevantes para o controle;

III – artigos de jurisprudência comentada, nos quais sejam analisados julgamentos que representem questão de alta relevância e que tenham impacto na esfera controladora.

§1º A estrutura das seções da revista poderá ser alterada, mediante determinação do editor-chefe, para atender a critérios estabelecidos por órgãos de avaliação de produção científica ou, se for o caso, por ocasião de edições especiais do periódico.

§2º Artigos que não sejam inéditos deverão estar devidamente identificados no momento de sua submissão à revista, devendo ser feita referência completa à veiculação original, no caso de publicação anterior.

§3º As normas para publicação quanto à forma de submissão, regras de formatação e número de páginas dos artigos a serem publicados na revista serão dispostas no manual do periódico *Controle em Foco: Revista do MPC-MG*, a ser elaborado pela comissão editorial, no prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação desta Resolução, podendo ser revisto, sempre que necessário, pela comissão editorial.

Art. 5º As publicações na revista deverão, preferencialmente, versar o idioma pátrio.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 1º O artigo pode ser enviado em língua estrangeira, desde que obedeça às normas para publicação e regras de formatação previstas no manual da revista.

§ 2º O artigo redigido em língua estrangeira deverá conter o título, o resumo e as palavras-chave em português e na língua em que o texto estiver escrito.

Art. 6º O artigo enviado não será obrigatoriamente publicado, ainda que atenda integralmente às normas para publicação previstas no manual da revista.

Art. 7º O artigo enviado para publicação, antes de ser encaminhado ao conselho editorial da revista, será submetido à análise prévia da comissão editorial, a qual verificará o cumprimento dos critérios estabelecidos no manual da revista.

Parágrafo único. Não atendidos os critérios estabelecidos no manual referido no *caput*, será facultado ao autor a adequação do artigo para que possa ser submetido ao conselho editorial”.

(...)

Art. 9º A divulgação da revista é gratuita, não sendo comercializados anúncios, tampouco assinaturas.

Art. 10. Não será devido direito autoral ou qualquer remuneração ao autor pela publicação de artigo na revista.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 13 de maio de 2024.

Marcílio Barenco Corrêa de Mello
Presidente do Colégio de Procuradores
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas
(documento assinado digitalmente)